

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.535 - MS (2018/0220202-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : JOÃO BOSCO TEIXEIRA DE REZENDE  
**ADVOGADOS** : MOZART VILELA ANDRADE E OUTRO(S) - MS004737  
MOZART VILELA ANDRADE JUNIOR - MS017191  
AMANDA DE MELO LEITE - MS020250  
**AGRAVADO** : CORPAL SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR  
E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SP135562  
**INTERES.** : MARISTELA MOREIRA ANDRADE REZENDE  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo desafiando decisão que inadmitiu recurso especial interposto por JOÃO BOSCO TEIXEIRA DE REZENDE com fundamento no art. 105, inciso III, "a" da CFRB, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado:

*"RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE EMBARGADA – PRELIMINAR DE DESERÇÃO SUSCITADA DE OFÍCIO – RECURSO INDEVIDAMENTE PREPARADO – GUIA IRREGULAR – PREVIA INTIMAÇÃO PARA CORREÇÃO DO VÍCIO NÃO ATENDIDA – COMPROVANTE DE AGENDAMENTO DE PAGAMENTO – DESERÇÃO DO RECURSO – RECURSO NÃO CONHECIDO.*

*Para o conhecimento do recurso é imprescindível a comprovação do pagamento do respectivo preparo no momento da interposição ou, ainda, que este seja feito em dobro em momento posterior, já que não comprovado no ato de interposição (§4º do art. 1.007 do CPC).*

*RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE – NULIDADE DA EXECUÇÃO BASEADA EM CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – MÉRITO RECURSAL – ÔNUS DA PROVA – PRETENSA INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA – TESE AFASTADA – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.*

*I - Para a desconstituição dos elementos próprios do título (certeza, liquidez e exigibilidade), seja pela demonstração de vício, ou outra causa que torne inexigível o crédito, impõe-se aos devedores comprová-los, não se havendo de falar em inversão deste ônus.*

*II - Se a Cédula de Crédito Bancário encontra-se formalmente constituído, possuindo certeza, liquidez e exigibilidade, não se há de suscitar vícios genéricos para se esquivar da obrigação*

*assumida.*" (e-STJ, fls. 317/318)

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, os mesmos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega ofensa aos arts. 489, 1.022, do NCPC/2015, 28, § 2º, II, da Lei 10.931/2004, afirmando isto: (I) negativa de prestação jurisdicional ante o não enfrentamento de tese suscitada; (II) "*(...) a executividade de Cédula de Crédito Bancário de abertura de crédito em conta deve ser aferida a partir do §2º do art. 28 da Lei n. 10.931/2004, como um todo, verificando as exigências contidas tanto no inciso I como no inciso II*" (e-STJ, fl. 375).

É o relatório. Decido.

Não prospera a alegada ofensa aos arts. 1.022 e 489 do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Consoante entendimento desta Corte, "*A cédula de crédito bancário, mesmo quando o valor nela expresso seja oriundo de saldo devedor em contrato de abertura de crédito em conta corrente, tem natureza de título executivo, exprimindo obrigação líquida e certa*" (AgRg no REsp nº 1.038.215/SP, Rel. Min. **MARIA ISABEL GALLOTTI**, 4ª Turma, DJe 19/11/2010).

Ressalte-se que essa orientação foi ratificada pela colenda Segunda Seção desta Corte no julgamento do Recurso Especial nº 1.291.575/PR com base no procedimento

dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C, § 7º). Eis a ementa do julgado, *in verbis*:

*"DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO VINCULADA A CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. EXEQUIBILIDADE. LEI N. 10.931/2004. POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO ACERCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA. INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 28 DA LEI REGENTE. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004). 3. No caso concreto, recurso especial não provido."*  
(REsp 1.291.575/PR, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 02/09/2013)

*In casu*, observo que o voto condutor do aresto recorrido, em suas razões de decidir, aduziu que foram preenchidos os requisitos exigidos para conferir liquidez, certeza e exigibilidade da cédula de crédito, asseverando, para tanto, isto:

*"Na hipótese, em análise aos referidos documentos que acompanham a inicial da ação de execução embargada, denota-se que, ao contrário do que pretende fazer crer o apelante, referidos títulos executivo foram voluntariamente subscrito pelos devedores, possuindo, assim, a autonomia necessária para ser levado à execução, além de estampar obrigação líquida e certa. Até mesmo porque, é entendimento pacífico no STJ que a cédula de crédito bancário, mesmo quando o valor nela expresso seja oriundo de saldo devedor em contrato de abertura de crédito em conta corrente, o que não ocorre no caso, tem natureza de título executivo, exprimindo obrigação líquida e certa, por força do disposto na Lei n. 10.930/2004.  
(...)*

*Nesta senda, tenho que andou bem o Juízo singular ao consignar que "observa-se que o embargado/exequente cumpriu o*

*determinado na legislação em comento, pois à p. 8 da execução em apenso, elaborou o demonstrativo detalhado dos débitos, que evidencia o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais devidos, a parcela de juros e os critérios de sua incidência (no caso, 1,5% a.m), a parcela correspondente à multa e o valor total da dívida, atualizado para a data da propositura da demanda" (f. 196).*

*Assim, rejeitar a alegação do embargante, no sentido de que mostra-se nula a execução, ora embargada, por falta de título executivo." (e-STJ, fls. 324/325)*

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO DÉBITO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. A cédula de crédito bancário é título executivo, apto a instruir a ação de execução, ainda que o débito tenha origem em contrato de abertura de crédito, porém a inicial deverá vir acompanhada, também, de demonstrativo da evolução da dívida.*

*2. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da inexistência de demonstrativo da evolução do débito demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça 3. Agravo regimental não provido."*

*(AgRg no AREsp 566.565/PR, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 6/8/2015).*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator